

Jornalismo comunitário: uma reinterpretção da mídia (pela construção de um jornalismo pragmático e não dogmático)

RESUMO

O presente trabalho é o resumo de uma pesquisa de mais de dez anos, onde inicialmente nos preocupamos em des-cortinar o lugar da comunicação a partir do viés do compromisso social. Em seguida, a pesquisa concentrou-se na tentativa de compreensão do papel do jornalismo atual, bem como a análise de sua produção enquanto narrativa da atualidade. Finalmente, ensaia-se uma proposta de atuação e produção jornalística para o terceiro milênio.

ABSTRACT

This text outlines a ten year-long research, wherein we first tried to focus communication from the angle of its social commitment. Then we fixed our attention on the role of existing journalism, as well as on its production as a narrative of the present time. Finally we propose a new kind of news-making practice for the third millennium.

PALAVRAS-CHAVE (KEY WORDS)

- Jornalismo (*journalism*)
- Narrativa (*narrative*)
- Jornalismo comunitário (*communitary journalism*)

Raquel Paiva

ECO/UFRJ

A PRIMEIRA COISA a se observar é que o jornalismo assumiu um lugar definitivo como formulador da narrativa universal do “atual” em nossa civilização. Essa narrativa, quotidianamente composta, é tecida por critérios e postulados paradigmáticos que tentam definir de um modo bastante amplo o perfil da atualidade. Desta maneira, a partir de uma detida análise da produção jornalística podemos não apenas saber o que de presumidamente importante acontece, mas também porque e como assume este patamar o fato histórico que acontece no nosso dia-a-dia. Para o bem e para o mal, esse lugar alcançado pelo jornalismo define quem somos – e não apenas por meio daqueles que produzem a informação jornalística, mas basicamente por meio de todos os participantes desse processo, ou seja, seus meros consumidores.

Se, por outro lado, podemos olhar criticamente – e isso temos exaustivamente feito, ainda que com focos bem limitados – para as nossas ações, muito raramente podemos fazer o mesmo com a produção jornalística, pelo menos não sem antes se levantarem centenas de ardorosos defensores. Ao lado deles, quase sempre, uma espécie de “dogmatismo liberal”. Todo o aparato de defesa e de crítica aparece contaminado pelo espectro dogmático.

Por dogma, compreende-se uma idéia calcada diretamente na crença. Dogma é um princípio absoluto, que assume o posto

de verdade indiscutível. Para as religiões monoteístas, como o cristianismo e o islamismo, o dogma é o conteúdo de uma revelação divina e constitui parte do patrimônio doutrinário definitivo. É algo que nunca se põe em discussão, diferentemente das opiniões teológicas, que não possuem o lastro de terem sido formuladas por autoridade divina.

Na verdade, todos os sistemas religiosos possuem seus pontos fundamentais e indiscutíveis aos quais chamamos de dogmas, porque constituem verdades aceitas sem discussão, apenas pela fé. É de se observar que muito freqüentemente uma idéia ou postura dogmática ultrapassa os limites teológicos, ou então alguns projetos laicos chegam mesmo a assumir o patamar de dogma em determinados períodos da civilização. Isto porque se impõem de tal maneira como definitivos e impedem tão fortemente seu questionamento que sua adoção toma vulto de verdade absoluta e única, contra a qual não cabe, nem se permitem objeções.

Um dos aspectos mais característicos desse tipo de movimento é o sentimento que une os seus seguidores/fiéis, tamanha a convicção nos princípios. E é exatamente neste ambiente de impossibilidade de qualquer questionamento que se constroem argumentos quanto à produção jornalística atual.

Sendo assim, optamos por uma outra via crítica, que abre mão de argumentos crítico-contraditórios. Não que tenhamos deixado de lado a perspectiva das análises de conteúdo, qualitativas e quantitativas da produção jornalística, mas preferimos concentrar o foco agora na produção de uma proposta objetiva de jornalismo, adaptado à realidade social, econômica, política, cultural, afetiva da cidade do Rio de Janeiro. Se ela pode adaptar-se a outras realidades, é empreendimento a ser realizado posteriormente.

Há registros de que nos momentos em que se voltou a atenção para propostas específicas, a produção jornalística conseguiu

dar uma guinada mais eficaz. Dentre elas, é possível destacar o jornalismo investigativo, jornalismo gonzo, o *new journalism*, o *civic journalism*, a partir dos Estados Unidos, principalmente, mas com reflexos nas coberturas em todo o mundo. Por esta razão, a decisão de base neste trabalho — que não deixa de ter como referência as análises das produções jornalísticas, algumas observações puramente aleatórias e outras com recursos científicos — parte em direção a uma proposta de jornalismo voltado para a produção de um modelo inclusivo, de comunicação interativa e reflexiva.

Nosso pressuposto é de que, diante da superestrutura produzida pelo jornalismo comercial/industrial como gerador da narrativa da sociedade atual, e conseqüentemente promotor e gerenciador de uma estrutura do pensamento público vigente, concebe-se que se trata de uma ordem exclusivista, concentracionista e correlacionada de maneira fulcral aos propósitos consumistas da atualidade. Desta maneira, pode-se acrescentar ainda, no intuito de mapeamento do jornalismo na atualidade, a ênfase excessiva na espetacularização, no baixo investimento do esforço cognitivo dos indivíduos, na frágil capacidade interpretativa da sociedade como um todo para com os fenômenos sociais, além do descarte dos processos contextualizatórios e historicizantes. É neste ambiente que se concebe como expressamente necessárias a pesquisa e a experimentação em direção a um jornalismo relacional, interativo com a realidade atual e em benefício da agregação de valor humano à ordem social.

O aspecto inovador desta proposta talvez esteja na sua disposição em trabalhar com as “vísceras”, ou seja, com o instrumental próprio da prática jornalística. Seu aparato metodológico não será buscado nas ciências sociais, biológicas ou matemáticas, e sim no que é próprio do jornalismo: a sua pauta, suas rotinas de apuração. Além disso, em primeira instância e ao contrário do que tem se feito até hoje, somente em última instância e apenas para efeitos

confirmatórios, a análise da sua redação. Mesmo o olhar analítico sobre a construção da narrativa jornalística não se concentrará no seu texto, mas no encadeamento que traz das temáticas, em linhas bastante definidas, daquilo que efetivamente define a narrativa: o seu enredo. Este enredo – que dia a dia compõe a tessitura da narrativa da sociedade atual, seus intestinos, suas mazelas e relacionamentos – será percorrido basicamente a partir das pautas e apurações.

A narrativa e seu lugar social

Antes de mais nada, é preciso fixar o lugar social da narrativa.

Seguramente, todas as sociedades em todos os tempos sempre produziram as formas de narrar sua presença – origem, atualidade e futuro – no mundo. As narrativas tradicionais, ou seja, aquelas que possuíam uma intrínseca relação do indivíduo com o seu cotidiano e o mundo à sua volta possuíam um formato já bastante verificado. Sua estrutura pressupunha algumas etapas características, bem como consolida o entendimento de que possuía, de fato, uma estreita relação com a coletividade. As narrativas assumem aí um lugar de força aglutinadora, reguladora e normatizadora.

Por esta razão, é bastante freqüente a observação de que suas temáticas desenvolvem-se no âmbito da pedagogia dos costumes do grupo, através das quais se consegue inclusive ter acesso à estrutura do seu dia-a-dia. Essas narrativas inscrevem-se no lugar da mediação social de muitas sociedades, transportando para as histórias míticas seres comuns e ideais, terríveis, monstruosos e bondosos, marcados sempre por enredos que contêm projetos e angústias sociais. Aníbal Ford argumenta em *Navegações* que as sociedades em crise são mais “textualizadas” do que “gramaticalizadas”, caindo sempre por terra as grandes classificações para se tornarem mais corporais e narrativas. Exemplifica isto a partir de um registro da cultura *ma-*

puche, etnia originária do vale central chileno. A idéia é que, “uma vez escritas, as palavras perdem o valor que a boca lhes deu”. Em seguida, “somente uma narrativa de acontecimentos (*nutran*) ou uma narrativa de ficções, contos e fábulas (*epeu*) não serão perdidas. As coisas escritas se perdem, a palavra ouvida fica sempre”¹. Ford lembra ainda que o mundo é composto de muitas mensagens e que a preocupação com o registro escrito parece não ser capaz de comportar toda a multiplicidade cultural existente.

Um regime comunicativo é considerado textualizado quando privilegia a estória sobre o conto, e o fabulativo sobre o demonstrativo, – os seus valores serão expressos em mitos e não em tratados filosóficos ou científicos. Tanto a oralidade quanto os meios baseados em imagens, como a tevê o cinema, são propensos à textualização. Por outro lado, um regime comunicativo é caracteristicamente gramaticalizado quando exprime as próprias regras e os próprios conteúdos na forma explícita dos discursos, códigos, sistemas gramaticais, antes que em sistemas paradigmáticos.

Todos os ensaios de entendimento da estrutura narrativa convergem para a constatação de que se as sociedades sempre produziram formas de se relatarem e que estes relatos sempre foram expressão intrínseca do ethos social. Roland Barthes chegou mesmo a afiançar o caráter dominante da narrativa para uma sociedade, uma vez que, qualquer que seja a estrutura do grupo social ou o seu período histórico, não existe um povo sem relatos. As variações que se interpõem dizem respeito a perfil, características e configurações das narrativas, uma vez definida a sua intrínseca relação com o cotidiano e práticas sociais.

Antes, porém, torna-se necessário refletir sobre a observação de Ford, a partir dos estudos empreendidos por Mieke Bal², quanto ao fato de que a noção de narrativa encontra-se visceralmente associada à questão temporal, ao tempo que avança e que transcorre. A potencialização desse as-

pecto possivelmente constitui o diferencial maior entre as narrativas tradicionais e aquelas produzidas pela atualidade e certamente constituirá a marca maior na configuração da narrativa jornalística.

A estreita vinculação com o tempo, se por um lado define a existência da narrativa, por outro, na medida em que se prioriza fortemente este aspecto (um dos baluartes da modernidade), certamente cria uma nova estrutura narrativa. A valorização da velocidade na sociedade moderna é responsável pela vigência de uma ordem social calcada na recusa do ócio, do tempo livre, que deve ser imediata e totalmente preenchido.

Neste sentido, cabe a investigação em torno do perfil que as estruturas narrativas atuais possam assumir, principalmente considerando-se que, além da valorização do aspecto temporal (com uma aceleração das partes da “história”), também se passa a registrar uma indisponibilidade – natural nas sociedades tradicionais – para a audição ou leitura dos relatos. Assim, a aceleração temporal torna-se a maior e mais influente característica da narrativa na atualidade.

A pesquisa do jornalismo como a grande narrativa da atualidade impõe-se como uma hipótese que insere a compreensão de outras variáveis, a exemplo do formato jornalístico nos dias atuais, suas questões mais prementes e, como não poderia deixar de ser, a influência das novas tecnologias na sua produção. Desdobram-se duas certezas metodológicas e desafiadoras, sendo a primeira a tentativa de configuração da narrativa da atualidade/jornalística e a segunda a de tentar programar, como projeto, uma narrativa efetivamente inclusiva e adequada à sociedade do terceiro milênio.

Uma narrativa jornalística que não tente conflitar-se com os dogmas da profissão e sua produção na atualidade, mas que, colocando-se para além dele, possa, a partir do seu vigor interpretativo, ser capaz de gerar novos formatos.

A narrativa como estrutura

A busca pela definição do padrão narrativo atual necessariamente deve passar por uma pesquisa em torno do que a constitui. Sendo assim, impõe-se como prerrogativa o conhecimento da estrutura narrativa, recordando que os conteúdos da comunicação são organizados segundo duas grandes modalidades. Ou seja, podem ser *discursos*, que são descrições de um conteúdo mais ou menos abstrato, mais ou menos sistemático, mais ou menos organizado, mas desenvolvido de uma maneira não narrativa e sem personagens. Ou podem ser *estórias*, que são narrações nas quais os fatos são organizados segundo uma ordem cronológica ou causal, e atribuídos a personagens. Entretanto, é importante considerar que este formato deve ser expandido, tomando-se outras variáveis. Apesar de se alternarem as terminologias, é possível contrapor os dois pólos, como sendo um o *fabulativo* – que são as histórias completamente inventadas, próprias da dimensão narrativa – e o outro, o *demonstrativo*, que seria a “realidade concreta”, não-narrativa. De uma maneira geral, todas as comunicações podem ser classificadas entre esses dois pólos.

Outra característica necessária quando se percorre o caminho da definição da estrutura narrativa é a distinção entre dimensão *factual* – aquilo tido como consensualmente verdadeiro – da *discursiva* – que é modo de contar. Porém, cada evento de comunicação apresenta também um entrelaçamento entre discursivo e factual, ou seja, demonstra alguma coisa em que uma parte provém dos fatos, e a outra das exigências da comunicação. Violette Morin, em a *Retórica da Ambivalência*, distingue quatro possibilidades³:

1. O factual depende do discursivo – as histórias são reconstruídas a partir da sua comunicação e por isto parecem conclusivas, racionais, asseguradoras. Este é o modo que se usa para contar uma investigação policial, uma descoberta científica, ou ain-

da um livro de memórias.

2. O factual é diferente do discursivo – existe uma distância notável entre o evento e o discurso que se fala. É o caso das notícias televisivas ilustradas por imagens do repertório, ou do modo pelo qual um tipo de filme apresenta uma situação de aparência normal, mas que assume um significado importantíssimo naquele contexto narrativo – uma modalidade particularmente viva e mobilizadora da comunicação.

3. O factual fica separado do discursivo – existe contradição entre os dois, a comicidade nasce freqüentemente deste efeito.

4. O factual é complementar ao discursivo – os eventos são apresentados aqui como em curso, porém, ao mesmo tempo, possuem uma lógica, um início e um final. É o discurso funcional, o regime normal utilizado pela maioria dos meios de comunicação.

São muitas as teorias que buscam conceituar a estrutura narrativa, principalmente aquelas dos conhecidos “formalistas russos”, autores como Sklovskij e Tomasevskij, dos quais parte a moderna teoria do conto. Em linhas gerais, um conto é uma combinação de frases em torno de uma idéia comum, tida como *tema*. Uma significativa contribuição neste sentido foi a de Greimas, com a sua Semântica Estrutural, em 1966, quando a idéia de tema fica mais precisa ao se inserir a noção de *isotopia*, isto é “um conjunto de categorias semânticas redundantes que tornam possível a leitura uniforme de uma estória”⁴. Num texto, pode-se encontrar também mais de uma isotopia, capaz de indicar outros percursos de leitura possíveis; neste caso, fica-se diante de uma *ambigüidade textual*.

No que se refere aos conteúdos, o tema pode ser analisado em uma série de elementos menores, os *motivos*, unidos por uma relação que pode ser cronológico-causal. Estes podem ser subdivididos ainda como *motivos ligados*, necessários para o prosseguimento da ação; *motivos livres*, uma vez que podem ser omitidos sem prejuízos para a ação geral; e ainda os *motivos estáti-*

cos, que descrevem uma ação, e *motivos dinâmicos*, que representam uma ação capaz de modificar a situação dada.

A estrutura cronológico-causal (dominante no conto e não no discurso) constitui a *fábula* de uma narração. Ela pode funcionar com uma determinação cronológica, sobre a qual incidem as ações do conto, e por esta razão compreende somente os motivos ligados. Por outro lado, o *enredo* – o plano de desenvolvimento da obra – é diferente da fábula. Provavelmente ele é mais importante que a fábula, já que é o objeto mesmo da comunicação narrativa. Para compreendê-lo integralmente é necessário entender o que constitui a fábula: não era outro o motivo pelo qual os formalistas denominavam enredo como *siuzet* ou seja, o modo pelo qual a fábula é contada – seus saltos, antecipações, atrasos, *flash backs*. Dentre as muitas teorias e proposições, destaca-se a formulada por Umberto Eco, que oferece um esquema segundo o qual cada texto narrativo – cujo conteúdo é composto por fábula e enredo – deve realizar-se como uma expressão discursiva⁵.

Finalmente, o encontro entre os personagens ou grupos de personagens é conhecido por *intriga*, que não se deve confundir com enredo. Freqüentemente, a situação inicial e final são estáticas, porém a primeira é caracterizada pela presença de uma intriga complexa, com elementos potencialmente instáveis, enquanto aquela final é mais simples e sólida. Entre as duas situações estáticas, a intriga desenvolve-se numa série de peripécias dos personagens. Este é um aspecto da narratividade que se apresenta de uma maneira quase universal.

Jornalismo como narrativa da atualidade

A tentativa de entender a estrutura da produção jornalística a partir da teoria da narrativa, tentando compor uma *narratologia* jornalística, tem sido implementada por alguns pesquisadores. Freqüentemente, a

discussão trafega nos eixos da análise de conteúdo e da forma discursiva, em especial da investigação calcada nas teorias textuais (dentre elas a análise de discurso). Aqui, entretanto, a preocupação central está direcionada inicialmente para a confirmação de que o jornalismo constitui a grande narrativa da atualidade. Por grande narrativa, pretende-se entender uma narrativa coesa, monolítica, nos moldes das narrativas tradicionais, principalmente no que tange à sua influência e sintonia com a vida comum da sociedade, ou seja, sobre tudo em seu caráter paradigmático.

Este é um patamar singular para a inclusão da narrativa na atualidade, principalmente após Lyotard ter sustentado (em 1979, sob o título *A Condição Pós Moderna*) que uma das características da pós-modernidade seria exatamente o fim das grandes narrativas e a profusão de narrativas esparsas e fragmentadas. Para ele⁶, a função da narrativa é a transmissão do conhecimento, do saber, que nas sociedades tradicionais possui um significado bastante diferente da atualidade, onde se colocam questões como as aliadas ao argumento da verdade, da funcionalidade e instrumentalidade. Aqui não se pretende fazer juízo de valor sobre o caráter fragmentário e diversificado das transmissões atuais, apenas reconhecer este perfil como parte do cenário de profusão de falas, discursos, enunciados e enunciadores em que se desenvolve a cada dia, de maneira inexorável, a convergência das mídias.

Por outro lado, conceber o jornalismo como pertencente ao rol das grandes narrativas não significa também valorar sua produção e inserção social. O jornalismo é assim hipoteticamente reconhecido na medida em que se consolida a vigência de um cenário global e da profusão cada vez maior das micro-narrativas (estas passam a vigorar em formas ainda a serem estudadas). Esse patamar consolida-se cada vez mais diante da necessidade de ordenar os inúmeros dados e informações a serem disponibilizadas diariamente. Esta é uma de suas facetas, de maior acessibilidade com-

preensiva, diferentemente daquela de ordem mais estrutural e cognitiva. Imperceptível para uma grande maioria de consumidores, ela é negada com variável veemência pelos seus produtores e parece aterrorizadora aos olhos de uma diminuta minoria.

O que aqui estamos pretendendo é, sobretudo, contemplar a pressuposição de que por si, pela sua natureza, o jornalismo é a narrativa da atualidade, e sua estrutura narrativa está dada no seu próprio fazer, na sua própria existência. O jornalismo é narrativa por si mesmo. Esta é a hipótese que se pretende demonstrar tomando como metodologia os instrumentos da prática jornalística, sejam pauta, apuração, produção. É na seqüencialidade da sua produção que a narrativa se apresenta e existe.

Estas considerações se fazem a partir da análise de algumas conclusões em torno do formato atual do jornalismo. Inicialmente, é preciso considerar a redução do número de leitores. Isto porque continua crítica a situação dos jornais diários, apesar de no ano de 2005 os jornais brasileiros terem comemorado um aumento de 4,1% na circulação. A situação dos grandes jornais exige uma reflexão sobre o futuro do jornalismo impresso. Basta ver que os três grandes jornais do país (em vendagem e prestígio), *O Globo*, *O Estado de São Paulo* e a *Folha de São Paulo* vendiam juntos, em 2000, uma média diária de 1,162 milhões de jornais e, em 2005, este número ficou em 813,7 mil.

Esta queda, que não se restringe ao Brasil, tem produzido numerosas discussões e talvez, dentre elas, a pergunta central deva se concentrar na necessidade atual de jornal impresso diário. Isto porque o jornalismo on-line, que caminha lado a lado com o rádio-jornalismo, em termos de suprimento de informação, tem cumprido com razoável competência a tarefa da noticialidade. É inegável que na última década o jornalismo on-line tem se especializado, produzindo, além do enorme fluxo informativo, espaços de interatividade entre os leitores. As discussões realistas sobre o futuro do papel do jornalismo impresso não

podem passar por cima deste lugar de informação que o on-line assumiu, uma vez que a sua instantaneidade parece suprir as demandas de informação curta e rápida, deixando para o jornalismo impresso a dimensão analítica e interpretativa. Desta maneira, possivelmente até mesmo o critério industrial da circulação diária pode vir a ser discutido em favor de produções semanais e com perfil destinado a um público leitor que, já devidamente atendido pelo noticiário on-line, busca informações de estrutura e de maior apuração. Esta configuração certamente pode continuar a gerar produções calcadas em todos os dogmas e máximas jornalísticos, como a objetividade, verdade, imparcialidade, mas que certamente terão de ser mais inclusivas. Neste aspecto, tendem a confluir para um perfil comunitarista, já que o olhar sobre o outro é a prerrogativa maior.

Narrativas inclusivas: o lugar do comunitário

Há exatamente 10 anos, a temática da comunicação comunitária encontrava-se empoeirada e jogada no rol dos temas esquecidos e superados. Alguns estudos haviam sido iniciados no país, principalmente a partir de professores e pesquisadores que tiveram alguma relação mais intensa com estudos e práticas de comunicação desenvolvidos na América Latina nas décadas de 60 e 70. E eram muito poucos os que trataram diretamente do tema, já que a questão do impacto da mídia e a discussão sobre as teorias de Frankfurt estavam na ordem do dia. Pode-se citar, sem medo, Peruzzo, Marques de Melo, Festa, Marcondes, Palácios, Machado e Gonzaga Motta, como expoentes desse período.

Entre o final dos anos 80 e os anos 90, a temática caiu no mais profundo ostracismo, certamente suplantada pela preocupação com o advento das novas tecnologias e seu impacto nas populações, além da questão premente da intensa circulação de in-

formação e o fantasma da padronização global. Em 1997, quando publiquei *O Espírito Comum*, tentava retrazar a trajetória conceitual em torno da temática da comunidade para então recuperar a proposta da comunicação comunitária, não sem antes averiguar os resquícios de sua existência na sociedade. Descobri naquele momento que muitas práticas estavam em curso, em especial no continente europeu, embora formalmente desvinculadas, ao menos aparentemente, da noção de comunitarismo. Tal fato parecia explicável em função de toda a experiência moderna da Europa em matéria de nacionalismos exacerbados, especialmente o caso do nazi-fascismo. Na América Latina, também o ambiente era de desalento, uma vez desmobilizadas as comunidades eclesiais de base, responsáveis em grande parte, juntamente com movimentos outros movimentos populares e de cunho religioso, pela prática do comunitarismo.

Se por um lado identificavam-se resquícios da prática, por outro, no que tange à pesquisa, este era definitivamente um tema a ser deixado de lado. Pelo menos era o que parecia, mas aconteceu exatamente o contrário: hoje, a questão do comunitarismo e da comunicação comunitária desponta como uma das mais citadas em todo o mundo e, de maneira bastante intensa, no Brasil. São vários os trabalhos que tratam diretamente da questão e um sem-número de outros que tangenciam a temática. A questão é que muito poucas vezes se consegue um esforço metodológico propositivo, o que tem produzido um ambiente mais propício à elaboração de textos ensaísticos, mas pouco esforço no sentido de se sistematizar o que afinal efetivamente constitui uma comunicação comunitária. Isto é, algo reivindicado principalmente por estudantes, sequiosos de comprovação científica, demonstração e sistematização catalográfica. Talvez, superado o primeiro momento – já que se passaram 10 anos – de investigação sobre sua pertinência temática, sobre suas potencialidades epistemológicas, tenha-se chegado ao momento do ne-

cessário empenho demonstrativo, assim como de definições. E este é exatamente o esforço que se pretende iniciar.

Inicialmente, é preciso definir os lugares da comunicação comunitária e da produção midiática. Isto porque não é possível imaginar que sejam capazes de se contrapor. Por este motivo, a proposta aqui é que se acentue a relação existente, em especial potencializando as facetas positivas dessa interrelação, que são para a grande mídia a inegável proximidade com a existência concreta das populações, mais bem apreendida pelos veículos comunitários. Esta característica pode ser extremamente útil – e já o tem sido – quando o propósito é selecionar pautas e assuntos que envolvam diretamente a coletividade.

Por outro lado, para os veículos comunitários, o acesso às técnicas de produção é um legado de incomensurável valor. Este seria o primeiro motivo para o escambo entre estas duas ordens, mas certamente muitas outras devem ser incentivadas e executadas. O importante é a compreensão da necessária sinergia entre ambas. Não devem constituir-se como forças contrárias, mas pólos opostos que dialogam entre si.

O jornalismo comunitário insere-se, assim, na própria discussão sobre os destinos do jornalismo a partir da perspectiva sugerida pelo sociólogo inglês Anthony Giddens⁷ de ser imprescindível para a atualidade a busca de alternativas particulares para cada questão e a necessária revisão abrangente das posturas até então adotadas. Esta é, aliás, uma faceta da teoria que notabilizou a Terceira Via. Esta perspectiva analítica abrangente e aplicada deve ser ainda analisada à luz da tendência atual de busca do local, do particular, sem a perda da visão macro. A proposta do pensamento mais específico tem se revelado uma tendência cada vez mais marcante, especialmente no ambiente em que se consolida a visão globalizada do mundo.

Neste contexto, o jornalismo voltado para o cotidiano de coletividades específicas encara uma nova perspectiva, consi-

derando principalmente a necessidade de acoplar à visão local a existência dos demais lugares, dos centros de decisão, das particularidades de outros lugares do planeta. A proposta que se desenha para o formato desta cobertura, entretanto, está longe do atual enfoque das editoriais internacionais ou mesmo nacionais. Os eventos e acontecimentos internacionais assumem três possibilidades de enfoque: a primeira, interpretativa e contextualizada historicamente, portanto distante de meros informes generalistas; a segunda, conectada com a realidade local e nacional, portanto ainda pautada pela historicização do acontecimento; e finalmente, a terceira hipótese, a das pílulas informativas, destinadas a suplementar os informativos on-line.

O exterior desta caracterização dá margem a especulações sobre formas de cobertura para o jornalismo comunitário atual ou, como se começa a sugerir, para o próprio futuro do jornalismo, compreendendo que este futuro define-se como comunitário. O traço mais marcante deste jornalismo -- reiteramos -- é a sua estreita conexão com a realidade e interesses da coletividade específica, perdendo completamente campo à mera espetacularização da informação. Se um acontecimento possui interesse direto para uma coletividade, torna-se fato jornalístico e, para tanto, recebe o tratamento que o caracterizará definitivamente como assunto pertinente e parte da agenda temática da coletividade, portanto, pauta do jornal impresso. Caso contrário, reúne-se ao caos dos fatos e notícias característicos do informativo on-line.

Nesta abordagem, o fundamental para um jornalismo inclusivo ou o comunitário, enquanto horizonte político-social do jornalismo, é que não se perca de vista o seu aspecto principal, ou seja, a capacidade de produzir novos e inclusivos olhares sobre as coletividades, sobre o outro. Esta perspectiva instaura-se como decisória a partir da proposição do filósofo pragmatista americano Richard Rorty no sentido da implementação de novas formas de narrativa, su-

pondo que este expediente será capaz de produzir um olhar mais detido sobre o outro. A perspectiva rortiana parte da compreensão de que a solidariedade impõe-se como um sentimento-ação fundamental para a coexistência no mundo globalizado. Como não é um sentimento inato no ser humano, define-se como algo a ser gestado.. A produção de narrativas inclusivas tem como pressuposto que o conhecimento do cotidiano do outro é capaz de produzir um reconhecimento de identidade entre os indivíduos. A narrativa inclusiva deve ser estruturada a partir da presença de uma apuração ampliada dos atores envolvidos. Uma apuração que redunde numa redação em que seja possível reconhecer o mínimo de pré-juízos, pré-conceitos, pré-idéias, paralelamente a uma abertura sobre o que se apresenta como o outro e seu cotidiano. A partir desta atenta, cuidada e vigiada produção, seria possível orquestrar as mais diversificadas falas e opiniões sobre os fatos em foco.

A narrativa jornalística trafega, então, do eixo meramente informativo ou espetacular para o da composição de discursos ancorados em realidades quotidianas, objetivando uma existência mais integrada entre os indivíduos e o seu real histórico. Este formato de visibilidade altera de modo profundo a composição da produção jornalística em seus mínimos detalhes, da titulação à fotografia, passando pela programação visual, redação e apuração. O próprio conceito do que constitui uma notícia ou do que deve ser noticiado tem seu eixo central reconfigurado. E esta nova possibilidade faz-se tão-somente a partir do lugar, papel e objetivos claros e fundamentados do que seja o jornalismo na atualidade •

Notas

1 Ford.A. 1999, p. 51.

2 BAL, Mieke Teoria de la narrativa, Madrid, Catedra, 1998

3 Morin, Violette. in L' attualità in TV, Torino, Italia, 19776

4 GREIMAS, A. Semântica Estrutural, 1966, p.53.

5 ECO,U. Sei passeggiare nei boschi narrativi, Milano, Bompiani, 1994, p.43

6 LYOTARD,J.F. 2002, P.45

7 Jornal Folha de São Paulo, 05.03.2006, A-8.

Referências

PAIVA, Raquel. *O espírito comum - comunidade, mídia e globalismo*. Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

PAIVA,R e Sodré, Muniz *Cidade dos artistas - cartografia da televisão e fama no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Mauad, 20004.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do Espelho - uma teoria da comunicação linear e em rede*. Petrópolis, Vozes: 2000.

ESPÓSITO, Roberto. *Communitas- origine e destino della comunità*, Torino: Einaudi, 1999.

_____. *Immunitas* .Torino: Einaudi, 1998.

VATTIMO, Gianni *Etica dell'interpretazione*. Torino: Rosenberg & Selier, 1991.

RORTY, Richard e Vattimo, Gianni. *Il futuro della religione - solidarietà, carità e ironia*. Milano: Garganzi, 2005.

_____. *Pragmatismo e política*.. São Paulo: Martins, 2005.

DERRIDA, Jacques. *L'écriture et la différence*. Paris: Seuil, 1967